

2

A Perspectiva Construtivista das Relações Internacionais

2.1. Introdução

Atualmente, é comum recorrer-se a enfoques construtivistas para analisar questões de Relações Internacionais (RI) e salientar as dimensões da cultura e das identidades, ignoradas pelas perspectivas tradicionais. Mas o construtivismo não deve ser pensado como uma teoria, e, sim, como um modelo de raciocínio dentro do qual podemos identificar múltiplas versões de construtivismo.¹¹ Daí a advertência feita por Maja Zehfuss de que o fato de falar de ‘construtivismo’, nas Relações Internacionais, como um conceito homogêneo, esconde a variedade de enfoques que cabem nele.¹²

A vertente construtivista de Alexander Wendt, adotada neste trabalho, é apenas um desses enfoques. Wendt, contudo, é um dos principais representantes do enfoque construtivista no estudo das Relações Internacionais. Embora o termo ‘construtivismo’ tenha sido introduzido na disciplina por Nicholas Onuf, foi popularizado graças ao artigo *Anarchy is What States Make of It*, de Wendt, publicado em 1992.¹³ Mais tarde, em 1999, Wendt publicou o livro *Social Theory of International Politics*¹⁴, considerado, por muitos, como um dos principais trabalhos da disciplina de Relações Internacionais, devido à combinação de realismo científico, holismo e idealismo.¹⁵

Esta vertente é apresentada, pelo próprio autor, como um meio termo, isto é, uma versão ‘moderada’ de construtivismo que pretende distanciar-se, por um lado, de formas mais radicais de idealismo (que argumentam que apenas as idéias importam),

¹¹ Knud Erik Jorgensen (2001), “Four Levels and a Discipline”, in Karin Fierke e Knud Erik Jorgensen (eds), *Constructing International Relations. The Next Generation*, M.E. Sharpe, New York/London.

¹² Maja Zehfuss (2001), “Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil”, in Karin Fierke e Knud Erik Jorgensen (eds), *op. cit.*, p. 54.

¹³ *Ibidem*, p55.

¹⁴ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*

¹⁵ Robert Keohane (2000), “Ideas part-way down”, em *Review of International Studies*, 26, p. 125.

e, por outro, de versões puramente materialistas (que explicam a realidade apenas em função de fatores materiais).

Tal como o nome indica, o foco do construtivismo está na construção social da política internacional. Na base do argumento construtivista está a idéia de que (i) a realidade é ‘socialmente construída’; (ii) as estruturas são definidas, principalmente, por idéias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; e (iii) as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas idéias compartilhadas.¹⁶ Isso significa que idéias e normas têm um papel fundamental tanto na constituição da realidade e dos agentes, quanto na definição de identidades e interesses. Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída, também, por esses atores no processo de interação.

Considerou-se adequada a utilização dessa perspectiva uma vez que se parte do suposto de que a mudança de postura por parte do Reino Unido com respeito a uma maior integração européia em matéria de segurança e defesa não pode ser explicada apenas por fatores materiais; o Reino Unido sempre manteve uma postura zelosa em relação à união política européia. Acredita-se, portanto, que se faz necessário recorrer a enfoques que levem em consideração o papel das ‘idéias’ e da formação de identidade coletiva. Assim, a ‘iniciativa Blair’, pode ser analisada a partir de um enfoque que privilegie os aspectos culturais presentes no processo de interação do Reino Unido com a União Européia, sem negligenciar determinados aspectos materiais.

O presente capítulo versa, portanto, sobre alguns conceitos da perspectiva construtivista das RI desenvolvida por Alexander Wendt, à luz dos quais é analisada a problemática apresentada no capítulo introdutório. São discutidos em três seções os principais aportes teóricos do mencionado autor e como são aplicados no caso em estudo. Na primeira seção, discute-se o papel das idéias, tendo como marco de referência o debate entre materialismo e idealismo. Na segunda seção, trata-se o problema da agência e da estrutura a partir do debate individualismo e holismo, tratando o Estado como agente e a anarquia como estrutura. A terceira, examina o processo de formação da identidade coletiva na interação dos agentes através da

¹⁶ Alexander Wendt (1999), *op.cit.*, p. 1.

aplicação de duas variáveis, quais sejam, a interdependência e a auto-restrição. Por fim, numa quarta e última seção, são discutidas algumas questões metodológicas relativas à análise de discurso utilizado no trabalho.

2.2. O Papel das Idéias ou o debate materialismo-idealismo

Uma das grandes questões que o construtivismo tenta responder se refere a qual o papel das idéias na vida social. Essa abordagem investiga a forma como as idéias constituem o mundo no qual vivemos, e como esse processo de constituição ocorre. A resposta oferecida pelo construtivismo afirma que as questões materiais – como o significado do poder ou o conteúdo dos interesses – são, em grande parte, função de idéias. Nesse sentido, idéias constituem a base material do sistema. Embora os efeitos das forças materiais não sejam negligenciados, o fator fundamental na política internacional é a distribuição de idéias nesse sistema.¹⁷

O que interessa é saber como as idéias influenciam a maneira pela qual as identidades são constituídas ou reproduzidas e como, por sua vez, os atores definem seus interesses em função de suas identidades. Para demonstrar a importância que as idéias têm na política internacional, Wendt apresenta o debate entre materialismo e idealismo. Segundo o autor, ambos os argumentos reconhecem o papel das idéias, mas não concordam quanto aos efeitos dessas na vida social.¹⁸ Assim, o argumento materialista se baseia na premissa de que “o fato mais importante sobre a sociedade é a natureza e organização das forças materiais.”¹⁹ Ou seja, para Wendt, uma teoria é materialista quando os efeitos do poder, dos interesses dos atores ou das instituições são explicados pelas forças materiais ‘brutas’.²⁰ Para os idealistas, por sua vez, “o fato mais importante sobre a sociedade é a natureza e a estrutura da consciência

¹⁷ Ibidem, p. 96.

¹⁸ Ibidem, p. 23.

¹⁹ Ibidem, p. 23.

²⁰ Ibidem, p. 94.

social, entendida como distribuição de idéias ou conhecimento”.²¹ Tal afirmação significa que “o sentido do poder e o conteúdo dos interesses são, em grande parte, função de idéias”²². Assim, podemos entender que o que há por trás da atitude britânica de maior engajamento institucional em questões de segurança e defesa com a União Européia são determinadas idéias que é preciso descobrir e analisar.

De forma a entender melhor o impacto das idéias, Wendt distingue dois tipos de relações e efeitos: causais e constitutivos. Uma teoria causal explicaria por que X causa Y; essa causalidade implica, portanto, que: a) X e Y existem independentemente um do outro; b) que X precede, temporalmente, Y; e c) se não fosse por X, Y não teria acontecido.²³ Trata-se, em última instância, de responder à pergunta ‘por que’ determinado evento aconteceu.

Ao contrário, a explicação constitutiva tenta responder à pergunta: como determinado evento foi possível? (ou ‘*how-possible questions*’), o que difere sobremaneira da explicação causal. Dessa forma, o objetivo da explicação constitutiva é diferente, uma vez que tenta dar conta das propriedades dos eventos fazendo referência às estruturas em virtude das quais tal evento ocorreu. Assim, esse tipo de pergunta requer explicações sobre as estruturas que constituem X ou Y em primeiro lugar²⁴. Como foi possível o Reino Unido mudar a sua postura acerca de questões de união política? A pergunta é constitutiva, pois requer indagar sobre as condições – ideacionais ou culturais – que permitiram que tal evento ocorresse.

Wendt argumenta que tanto os fenômenos naturais, quanto os sociais podem ser formados por dois tipos de estrutura: uma interna e outra externa. Logo, explica que a estrutura interna não é causa das propriedades dos fenômenos, no sentido de ser antecedente, mas que, ao invés disso, essas estruturas permitem que tais propriedades sejam possíveis²⁵. No entanto, o que mais interessa para o autor são as estruturas externas dos fenômenos sociais:

²¹ Ibidem, p. 24. É importante salientar que o autor chama a atenção para o fato de não confundir o termo “idealismo” na teoria social, com o “idealismo” nas RI. Vide p. 24.

²² Ibidem, p. 96.

²³ Ibidem, p. 79.

²⁴ Ibidem, p. 83.

²⁵ Ibidem, p. 83.

*“Social kinds often are constituted in important part by external, discursive structures. In some instances these structures place social kinds in relationships of conceptual necessity to other social kinds: masters are constituted by their relationship to slaves, professors by students, patrons by clients. In other instances external structures merely designate what social kinds are: “treaty violations” are constituted by a discourse that defines promises, “war” by a discourse that legitimates state violence; “terrorism” by a discourse that delegitimizes non-state violence. In both instances the claim is not that external structures or discourses “cause” social kinds, in the sense of being antecedent conditions for a subsequent effect, but rather that what these kinds are is logically dependent on the specific external structure”.*²⁶

Dessa forma, as estruturas discursivas têm efeitos constitutivos quando criam fenômenos – quais sejam: propriedades, poder, disposições, significados, etc. – que são, conceitual ou logicamente, dependentes daquelas idéias ou estruturas.²⁷ Essas estruturas discursivas, portanto, são importantes para entender como são designados determinados fenômenos sociais. Como são designados, nas estruturas discursivas da elite política britânica os conceitos de, por exemplo, ‘União Européia’, ou ‘Reino Unido’? Essa designação, por sua vez, é importante uma vez que será a partir daquelas relações conceituais que determinadas políticas são elaboradas.²⁸

Se, por um lado, Wendt enfatiza o papel das idéias na política internacional, por outro, o autor não deixa de reservar um espaço para um tipo de materialismo residual (*‘rump materialism’*), definido em termos de força material bruta (capacidade militar, tecnologia, geografia e recursos naturais). Wendt lembra que as forças materiais brutas têm efeito independente na política internacional e que as idéias não explicam tudo; *“it can not be ideas all the way down”*.²⁹ Mas é só devido à interação com as idéias que as forças materiais têm efeito na política internacional.³⁰ O fato de o Reino Unido ter encabeçado um movimento que levaria, eventualmente, aos Conselhos de Colônia, Helsinqui e Nice, não pode ser analisado sem fazer referência ao fato de que o Reino Unido é um dos ‘grandes’ da UE. Muito dificilmente este papel poderia ter sido desempenhado por um Estado menor como, por exemplo, Luxemburgo. Portanto, o fato de as idéias terem um papel fundamental na política internacional não implica que questões de poder e de interesses nacionais percam relevância. Assim,

²⁶ Ibidem, p. 84.

²⁷ Ibidem, p. 88.

²⁸ O método de análise de discurso é brevemente explicado na seção 2.5.

²⁹ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, pp.110-111.

Wendt mantém a importância do poder e dos interesses para a explicação do fenômeno internacional, mas acredita que os significados atribuídos pelos atores a essas forças são muito mais significativos. Ao se perguntar como é constituído o poder, Wendt responde que esse é constituído principalmente por idéias e contextos culturais.³¹ As formações culturais no nível sistêmico são entendidas como idéias compartilhadas que formam normas, instituições, etc., e que constituem o significado da distribuição de poder, seja através de percepções ou através de identidades e de interesses.³² O discurso do Primeiro Ministro Britânico Tony Blair, na Assembléia Nacional Francesa, em 1998, é ilustrativo da relação entre idéias e base material:

*‘Nos deux nations [France et la Grande-Bretagne] savent ce que puissance veut dire. Elles n’en ont pas peur, ni honte non plus. Toutes les deux veulent rester une force de progrès dans le monde. Nous partons avec de grands avantages. Nous avons une dissuasion nucléaire minimum et un siège permanent au Conseil de sécurité. Sans contestation possible, nous avons les forces militaires les mieux équipées, les plus déployables et les plus efficaces d’Europe.’*³³

Nesse discurso, claramente se visualiza a relação entre estruturas ideacionais, papéis dos atores no sistema internacional, identidades, interesses e forças materiais. Os dois Estados são reconhecidos com ‘potências’, substantivo que é identificado como aquele que não tem ‘medo’ nem ‘vergonha’ de tal situação, uma vez que são ‘forças de progresso no mundo’. Mas também, essa condição de potência se relaciona com outras ‘vantagens’, de caráter meramente material, quais sejam o fato de serem potências nucleares e militares, bem como membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dessa forma, as forças materiais brutas, sua distribuição e composição, também têm efeitos sobre a vida internacional e, portanto, seus efeitos não devem ser negligenciados na análise da política internacional.³⁴ Wendt justifica a importância das forças materiais ao argumentar que elas podem ter determinados efeitos que definem, para os atores, os limites das atividades que podem

³⁰ Ibidem, p. 112.

³¹ Ibidem, p. 97.

³² Ibidem, p. 104.

³³ Tony Blair (1998), “Pour une troisième voie”, in *Politique Étrangère*, 1/98 Printemps, p. 180.

³⁴ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, pp. 110-111.

ser realizadas e os custos relativos de perseguir várias opções que requerem atividade física.³⁵

Contudo, tais efeitos são relevantes na medida em que interagem com os interesses e a cultura, influenciando a ação dos agentes e as estruturas em determinadas direções e não em outras, ajudando a definir as possibilidades de ação dos agentes.³⁶ Em última instância, argumenta Wendt, são nossas ‘ambições, medos e esperanças’ as que conduzem a evolução social, e não as forças materiais como tais.³⁷ Em outras palavras, a estrutura material e a ideacional compõem um todo articulado: sem idéias não se pode compreender os interesses; sem interesses não se pode atribuir significado às forças materiais; e sem forças materiais não há realidade.

No que diz respeito à constituição dos interesses, esses também são constituídos por idéias³⁸. O conceito de identidade é, igualmente, fundamental para entender a forma como são constituídos os interesses, uma vez que aquelas provêm a base para esses. Assim, o conceito de identidade funciona como um vínculo entre as estruturas e os interesses.³⁹ Tal como afirma Ted Hopf, as identidades são necessárias, ao cumprirem uma função essencial, qual seja a de que, ao dizer quem o ator é, as identidades referem-se a um conjunto particular de interesses ou preferências com respeito à escolha de opções em âmbitos particulares e acerca de atores particulares⁴⁰. Dessa forma, as preferências dos atores e as ações decorrentes estão intimamente relacionadas com as identidades.

Para Katzenstein, os interesses de segurança são definidos (e não ‘descobertos’) por atores que respondem a fatores culturais através de um processo de interação social.⁴¹ Muitos interesses dependem, outrossim, da construção particular da própria identidade, em relação à identidade dos outros.⁴² Dessa forma, argumentam Jepperson

³⁵ Ibidem, p. 111.

³⁶ Ibidem, p. 111.

³⁷ Ibidem, p. 113

³⁸ Ibidem, p. 114.

³⁹ Ronald Jepperson, Alexander Wendt e Peter Katzenstein (1996), ‘Norms, Identity, and Culture in National Security’, in Peter Katzenstein (ed), *The culture of National Security*, Columbia University Press, New York, p. 59.

⁴⁰ Ted Hopf (1998), ‘The Promise of Constructivism in International Relations Theory’, in *International Security*, Vol. 23, No. 1, p. 175.

⁴¹ Peter Katzenstein (1996), ‘Introduction: Alternative Perspectives on National Security’, in Peter Katzenstein (1996), op. cit., p. 2.

⁴² Ronald Jepperson, Alexander Wendt e Peter Katzenstein (1996), op. cit., p. 60.

et al., que “os atores, frequentemente, não podem decidir quais são seus interesses até conhecerem o que eles mesmos representam – quem são eles – o que, por sua vez, depende de suas relações sociais.”⁴³ Os interesses relativos à segurança e defesa do Reino Unido são definidos, então, não apenas em função da própria forma em que ele mesmo é conceitualizado, mas também em relação à forma em que a UE é designada.

O argumento, em última instância, é o de que entre os diferentes tipos de idéias, há algumas que constituem interesses. Além disso, idéias e interesses não podem ser analisados como se fossem variáveis causais concorrentes, uma vez que apenas uma pequena parte do que constitui os interesses é material; o resto é ideacional, isto é, esquemas constituídos por idéias compartilhadas.⁴⁴ A fim de identificar quais são as idéias relevantes, é pertinente observar os processos discursivos dos atores.⁴⁵ Daí a sugestão de Wendt de que, ao se confrontar com explicações materialistas, devem-se investigar as condições discursivas subjacentes. Isso porque somente quando se identificam tais condições, pode-se conhecer o potencial de realização das forças materiais.⁴⁶

2.3. O Problema Agente-Estrutura ou o debate entre individualismo e holismo

Além do idealismo, outro pressuposto do construtivismo, relevante para este estudo, é o do estruturalismo ou holismo. Parte-se da idéia de que as estruturas sociais têm efeitos que não podem ser reduzidos aos agentes e a suas interações.⁴⁷ Assim, o problema agente-estrutura se encontra no cerne do debate entre individualistas e holistas. As posições defendidas por ambas as correntes sustentam que agentes e estrutura são interdependentes. Essas visões discordam apenas quanto ao grau de interdependência verificado: os individualistas argumentam que as estruturas podem ser reduzidas às propriedades e às interações dos agentes, enquanto que os holistas

⁴³ Ibidem, p. 60.

⁴⁴ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, pp. 114-115.

⁴⁵ Ibidem, p. 135.

⁴⁶ Ibidem, p. 135.

sustentam que a estrutura tem propriedades irreduzíveis.⁴⁸ A partir desse debate, Wendt adota uma posição intermediária para tratar a relação agente-estrutura, situando-os em relações de mútua constituição e outorgando-lhes o mesmo *status* ontológico, salientando as relações de co-determinação ou de interação.

Respeito ao problema do agente, uma das grandes preocupações do construtivismo é entender como os atores são socialmente construídos.⁴⁹ Segundo Wendt, o Estado é um verdadeiro ator. Ao considerar o Estado como ator é possível atribuir-lhe determinadas propriedades, tais como identidade e interesses.⁵⁰ O agente intencional Estado é, portanto, possuidor de um *'self'*, porque realiza ações segundo determinados propósitos, e também é unitário, por não ser redutível às suas partes.⁵¹ O pressuposto do Estado como ator é adequado aos objetivos desta dissertação, uma vez que as questões referidas à PESC/PESD constituem um pilar separado da UE, o chamado *'segundo pilar'*. Este se contrapõe ao *'método comunitário'* do primeiro pilar⁵², dada a natureza intergovernamental do seu funcionamento e, conseqüentemente, os papéis menos relevantes das instituições comunitárias. O Reino Unido é considerado como um ator que tem uma determinada identidade; além disso, também é considerado unitário, isto é, se tomará como a posição final do Estado, a manifestada nos discursos do Primeiro Ministro Tony Blair.

No que diz respeito ao conceito de estrutura, ela é caracterizada por Wendt como *'distribuição de conhecimento'* ou de idéias que organizam as ações dos agentes.⁵³ Portanto, a estrutura é definida como um fenômeno social, e não apenas material. Essa característica da estrutura pressupõe que os agentes são inseparáveis das estruturas sociais porque suas ações somente são possíveis em virtude daquelas estruturas, particularmente do tipo de cultura anárquica dominante nas interações dos agentes. E é na interação entre os agentes que ocorre a distribuição de conhecimento.⁵⁴ Por sua vez, as estruturas de distribuição de conhecimento, ou em

⁴⁷ Ibidem, p. 139.

⁴⁸ Ibidem, p. 143.

⁴⁹ Ibidem, p. 7.

⁵⁰ Ibidem, p. 10.

⁵¹ Ibidem, pp. 194-8.

⁵² Vide nota 7.

⁵³ Wendt (1999), *op. cit.*, p. 20.

⁵⁴ Ibidem, p. 141.

outras palavras, de conhecimento coletivo, dependem de os atores acreditarem em algo que os induza a realizar determinadas práticas que reproduzam aquelas estruturas; mas os efeitos do conhecimento coletivo não se reduzem às crenças dos indivíduos.⁵⁵ Theo Farrell exemplifica essa idéia da seguinte maneira:

*‘For instance, where actors are great powers, the social structure is an international system that gives meaning to great power and recognizes this identity in particular practices, such as use of force against smaller states; through such practices, states – great and small – in turn shape the international system.’*⁵⁶

Em função do conhecimento coletivo entendido dessa forma, Wendt afirma que a cultura é mais do que o somatório de idéias compartilhadas dos indivíduos. Trata-se, na verdade, de um ‘fenômeno inerentemente público’ por ser ‘sustentado comunalmente’.⁵⁷ Essa qualidade de ‘público’ e de ‘comunal’, outorga à estrutura um caráter de transcendência, uma vez que a estrutura é um tipo de conhecimento que

*‘persists beyond the lives of individual social actors, embedded in social routines and practices as they are reproduced by interpreters who participate in their production and workings. Intersubjective meanings have structural attributes that do not merely constrain or empower actors. They also define their social reality.’*⁵⁸

A anarquia – geralmente entendida, no âmbito das Relações Internacionais, como a ausência de uma autoridade ou governo central – também é uma estrutura social e, portanto, afeta as identidades e os interesses dos Estados. Trata-se de um fenômeno ideacional que permite várias lógicas diferentes, uma vez que a anarquia como tal não tem uma lógica intrínseca; a lógica da anarquia depende do tipo de estrutura ideacional no qual está inserida.⁵⁹ Wendt apresenta três lógicas de anarquia – a hobbesiana, a lockeana e a kantiana – que se baseiam nos diferentes papéis do Eu e do Outro que os atores podem assumir no sistema internacional: inimigo, rival e amigo, respectivamente. Portanto, não existe uma única lógica anárquica, mas várias

⁵⁵ Ibidem, p. 162.

⁵⁶ Theo Farrell (2002), ‘Constructivist Security Studies: Portrait of a Research Program’, in *International Studies Review*, Vol. 4, No. 1, p. 50.

⁵⁷ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 164.

⁵⁸ Emanuel Adler (1997), ‘Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics’, in *European Journal of International Relations*, 3(3), p. 327.

lógicas ou culturas anárquicas dentro das quais os atores atribuem diferentes papéis uns aos outros. Nesse sentido, a estrutura de papéis – compreendidos como propriedades da macro-estrutura, representações coletivas, e não como propriedade dos agentes – é de vital importância.⁶⁰

Assim, em função da distribuição de papéis no sistema, aquelas três macro culturas de política internacional possuem distintas regras de engajamento e lógicas de interação. Para entender como essas culturas constroem os atores e são reproduzidas pelos mesmos, Wendt lembra que existem três graus de internacionalização daquelas culturas ou, ainda, das normas que são geradas a partir das mesmas. Os Estados ou são forçados a aceitar essas normas – através da coerção –, ou as aceitam por motivos próprios – auto interesse – ou podem, também, vê-las como legítimas – legitimidade. Contudo, a construção somente começa a ocorrer quando se verifica adesão a leis legítimas. A estrutura do sistema internacional dependerá do tipo predominante de papéis. Assim, a estrutura de papéis é definida como a configuração das posições dos sujeitos, segundo idéias compartilhadas.

As estruturas de sistemas internacionais regionais ou globais constituem contextos de interação que ora inibem, ora facilitam a emergência e a formação da identidade coletiva.⁶¹ Para Wendt, o comportamento dos Estados do Atlântico Norte parece adequar-se à cultura kantiana, uma vez que as normas que regem as relações entre esses Estados são as de não violência e ‘jogo de equipe’, onde a possibilidade de recurso à força entre eles foi eliminada.⁶² Dessa forma, os conceitos desenvolvidos aqui são aplicados ao caso do Reino Unido em suas relações com a UE, entendida, assim, como um sub-sistema regional onde prevalece a cultura kantiana. De fato, neste contexto regional espera-se que os conflitos, caso surjam – o que parece muito improvável –, sejam solucionados de maneira pacífica. Isto ocorre porque esse tipo de cultura se baseia no papel de amizade e num certo grau de identificação existente entre os Estados membros da UE, embora essa identificação com o outro nunca seja

⁵⁹ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 249.

⁶⁰ *Ibidem*, pp. 251, 257.

⁶¹ Alexander Wendt (1996), ‘Identity and Structural Change in International Relations Politics’, in Yosef Lapid e Friedrich Kratochwil (eds), *The Return of Culture and Identity in IR Theory*, Lynne Rienner Publishers, London, p. 54.

⁶² Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 297.

total.⁶³ No caso da Europa, com os sucessivos progressos feitos em matéria de integração, já não há, praticamente, nenhuma área da soberania nacional que não seja atingida, de alguma forma, pelas instituições comunitárias, nem sequer as áreas relativas a segurança e defesa. Tal estrutura de papéis implica que o comportamento dos Estados esteja regido por duas regras principais: a de não-violência (ou resolução pacífica dos conflitos); e a de ajuda mútua (em caso de ameaça ou ataque a um deles, lutarão conjuntamente).⁶⁴ Essas regras ou idéias constituem os papéis através dos quais os Estados interagem. Os Estados cumprem com as normas porque as consideram legítimas e porque se identificam com elas. Através desses conceitos, pretende-se entender as ações do Reino Unido em sua interação com a UE e como as expectativas que o Reino Unido possui e o caráter das relações são constituídos principalmente por estruturas sociais.

2.4. A interação dos agentes e a formação da identidade coletiva

Como se viu, a estrutura do sistema internacional é formada por idéias ou conhecimento coletivo. O papel das idéias, portanto, é chave para entender a relação entre identidades e interesses, os quais se encontram sempre em interação, durante a atuação dos agentes. A característica principal de uma identidade é que possui uma base intersubjetiva (qualidade sistêmica) e, portanto, relacional por levar em consideração o 'outro'. Segundo Risse et al.,

*'(...) new ideas including principles, beliefs, knowledge, and new identity constructions are the more likely to impact upon and be incorporated in norms, consensual knowledge and collective identities, the more they resonate with given norms, knowledge structures and traditional identities embedded in political institutions and collective cultural understandings.'*⁶⁵

⁶³ Ibidem, p. 306.

⁶⁴ Ibidem, pp. 298-9.

⁶⁵ Thomas Risse et al (1999), "To Euro or not to Euro? The EMU and Identity Politics in the European Union", in *European Journal of International Relations*, 5(2), p. 156.

Wendt enumera quatro espécies de identidade que os Estados podem sustentar simultaneamente. A primeira, é identidade pessoal, caracterizada, fundamentalmente, pela consciência e pela memória do ‘eu’ (do grupo), como um *locus* separado de pensamento e atividade. Esse tipo de identidade é exógena aos outros grupos, sendo, portanto, qualidade do ator unitário, verificada em virtude do seu auto-entendimento.⁶⁶ O segundo tipo é a identidade tipo, que diz respeito às características compartilhadas de cunho social, como o idioma. O terceiro tipo é a identidade papel/função, que depende do lugar ocupado na estrutura social; isso implica cumprir determinadas normas de comportamento com relação aos ‘outros’⁶⁷. Vale destacar que a definição dos papéis não é feita por um processo de institucionalização, mas pelo grau de interdependência ou de intimidade entre o ‘eu’ e o ‘outro’.⁶⁸ Finalmente, a identidade coletiva é formada por uma combinação da identidade corporativa ou pessoal e a identidade de papel ou função. Mas a identidade coletiva, além de incluir as outras, vai além da mera interdependência dos agentes para alcançar um grau de identificação com o outro.

*‘Identification is a cognitive process in which the Self-Other distinction becomes blurred at the limit transcended altogether. Self is ‘categorized’ as Other. Identification is usually issue-specific and rarely total (...) but always involves extending the boundaries of the Self to include the Other.’*⁶⁹

Esse tipo de identidade induz os atores a definir o bem-estar do outro como se fosse parte do ‘eu’, dando origem a uma relação altruística.⁷⁰ Assim, a identidade coletiva é um tipo de identidade ‘social’ e tem por característica principal o fato de não se basear nas propriedades intrínsecas dos agentes; isso porque existe somente em relação aos outros. As identidades ‘sociais’ são um conjunto de significados que um ator atribui a si mesmo, ao mesmo tempo que leva em consideração a perspectiva dos outros.⁷¹ A identificação com o outro, contudo, deve ser vista como um

⁶⁶ Wendt (1999), *op. cit.*, pp.224-25.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 227.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 228.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 229.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 229.

⁷¹ Wendt (1996), *op. cit.*, p. 51

continuum cujos extremos se estendem entre o positivo e o negativo e cujo conteúdo varia segundo áreas ou questões.

Embora a identidade coletiva seja caracterizada por um alto grau de identificação entre o Eu e o Outro -‘nós’-, é importante reconhecer que existem limites. O primeiro deles é que as identidades coletivas dependem do tipo de relação que existe entre os agentes; isto é, a identidade coletiva é ‘*relationship specific*’. O segundo é que o alcance e as implicações comportamentais da identidade coletiva dependem do propósito para o qual foi constituída; isto é, a identidade coletiva é ‘*issue specific*’. Terceiro, mesmo que a identidade coletiva se refira a uma relação específica e a um assunto específico, ainda pode existir uma tensão com identidades egoístas, uma vez que raramente há uma identificação total, devido a que pode existir uma tensão contínua entre os desejos de individualidade e assimilação.⁷² É em função desses limites à identidade coletiva que Wendt prefere a figura de ‘círculos concêntricos de identificação’, salientando a idéia de variação gradual dependendo do caso. Isto é, a identificação com o outro depende de quem é o outro, do que está em jogo na interação e da satisfação das próprias necessidades. Contudo, como adverte o autor, ‘os Estados sempre procurarão preservar sua individualidade, mas isto não exclui a possibilidade de tornar os termos dessa individualidade mais coletivos.’⁷³

Neste trabalho, o conceito de identidade coletiva é aplicado ao Reino Unido. Considera-se adequado uma vez que a base intersubjetiva e social de tal tipo de identidade permite analisar, por um lado, como é considerado o Reino Unido em função não apenas de suas próprias características mas também qual o grau de interdependência e intimidade entre este país e a UE. O fato da identidade coletiva ter limites, como já visto, permite considerar a formação da identidade coletiva do Reino Unido com relação ao grupo de Estados membros da UE (*relationship-specific*). Por outro lado, essa identificação é analisada apenas no âmbito da segurança e da defesa européias (*issue-specific*). Finalmente, se analisa como essa identidade coletiva não deve ser confundida com uma identificação total com a UE.

⁷² Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 337.

⁷³ *Ibidem*, p. 364.

Quando os Estados desenvolvem uma identidade coletiva, esta se transforma numa base para interesses comuns, o que implica uma lógica particular de anarquia.⁷⁴ As identidades implicam interesses sem que possam ser reduzidas aos mesmos. Primeiro é preciso saber quem 'eu sou' para saber o que 'eu quero'; os interesses pressupõem identidades. A relevância da inclusão dos interesses na análise reside no fato de que as identidades não explicam, por si sós, as ações dos agentes; embora as identidades outorguem direção aos interesses, os interesses, por sua vez, provêm força e motivação às identidades.⁷⁵

Wendt faz uma discussão sobre os interesses dos Estados, que podem ser objetivos ou subjetivos.⁷⁶ Os interesses objetivos referem-se às necessidades ou imperativos funcionais que visam à reprodução de uma determinada identidade. Esses interesses são objetivos, na medida em que existem independentemente da vontade do ator; se não são realizados, as próprias identidades não sobreviverão. Para Wendt, o interesse nacional é objetivo: refere-se aos requisitos de reprodução ou de segurança dos Estados ou sociedades, quais sejam: a) sobrevivência física: a manutenção da vida do complexo social como um todo; b) autonomia: habilidade do grupo de exercer controle sobre seus recursos e forma de governo; c) bem-estar econômico: manutenção do modo de produção e dos recursos do grupo; e d) auto estima coletiva: a necessidade de um grupo de se sentir bem sobre si mesmo, por respeito ou *status*.⁷⁷

Por sua vez, os interesses subjetivos dizem respeito a crenças sobre como atender às necessidades de identidade, fazendo com que sejam a motivação para determinado comportamento. Já não se referem à reprodução da identidade, e, sim, à forma como deve ser reproduzida. Os interesses objetivos e subjetivos podem ser interpretados de várias maneiras. Mas, como adverte Wendt, eles devem estar enraizados em determinada concepção de identidade.⁷⁸ O conceito de interesse aqui descrito é aplicado ao Reino Unido de forma a analisar o interesse comum na segurança e defesa européias, relacionando, principalmente, o interesse objetivo de

⁷⁴ Alexander Wendt (1996), *op. cit.*, p. 52.

⁷⁵ Wendt (1999), *op. cit.*, p. 231.

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 231-3.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 234.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 240.

autonomia e auto-estima e como eles se enraízam num determinado tipo de identidade coletiva.⁷⁹

Tanto as identidades quanto os interesses são construídos pela estrutura ideacional através de processos de interação. A interação é entendida em um sentido amplo, uma vez que ela abrange não apenas a tentativa de obter o que é desejado, mas também a sustentação e a reprodução das concepções do Eu e do Outro que geram aqueles desejos.⁸⁰

Quanto às formas de interação, Wendt reconhece dois tipos: comportamental e retórica. A interação comportamental implica que atos repetidos de cooperação podem levar a um incremento dos relacionamentos entre os atores. Isso porque geram efeitos sobre identidades e interesses através de um processo de aprendizado, no qual os atores projetam e sustentam representações do 'eu'.⁸¹ Dessa forma,

*'an actor will gradually change its own beliefs about who it is, helping to internalize the new identity for itself. By teaching others and themselves to cooperate, in other words, actors are learning to identify with each other, to see themselves as a 'we' bound by certain norms'.*⁸²

Por sua vez, a prática retórica também gera efeitos, mas isso se dá por meio de diferentes modos de comunicação: tomada de consciência, diálogo, discussão e persuasão, educação, ideologia, ação simbólica, etc. A prática retórica pressupõe que o mundo social está constituído por significados compartilhados que podem ser manipulados.⁸³ Daí a importância do simbólico e das práticas discursivas que exprimem ou até mudam as idéias sobre quem somos ou sobre o que a ação coletiva é, tendo efeitos na redefinição ou reprodução das identidades e interesses.⁸⁴

Nesse sentido, a idéia de processo de interação social tem um valor crucial para a análise. Isso faz com que a cultura seja uma 'profecia auto-realizável', pois o

⁷⁹ O interesse de sobrevivência, neste caso, não é considerado uma vez que ele está assegurado pela convivência, com outros Estados europeus, num anarquia kantiana, onde as regras que regem as relações são o não uso da força e a ajuda mútua, como já visto; por sua vez, o interesse de bem-estar econômico tampouco será considerado por ter já definido como área de estudo aquela relacionada com as questões de segurança e defesa européias.

⁸⁰ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 316.

⁸¹ Alexander Wendt (1996) *op. cit.*, p.57.

⁸² *Ibidem*, p. 57.

⁸³ *Ibidem*, pp. 57-8.

conhecimento socialmente compartilhado torna a interação relativamente previsível ao longo do tempo⁸⁵. A idéia de processo refere-se a como os agentes e as culturas sistêmicas são sustentadas por diferentes práticas de política externa, e, às vezes, até mudadas.⁸⁶ Tem a ver com o fato de que tanto a estrutura quanto os agentes são efeitos do que as pessoas fazem, isto é, práticas sociais que os reproduzem. O conceito de interação é aplicado aqui de forma a analisar como é sustentada e reproduzida a identidade coletiva do Reino Unido. As formas de interação comportamental e retórica, são, portanto, analisadas no caso de estudo.⁸⁷

Entender o processo de interação ajuda a entender o processo de formação de identidades coletivas. Seguindo Wendt, utilizam-se, neste trabalho, duas variáveis que explicam por que os Estados se comprometem em políticas pró-sociais que, eventualmente, estimulam a formação de identidades coletivas. A primeira das variáveis é a interdependência. Os atores são interdependentes quando o resultado de uma interação para cada um depende da escolha que realizam os outros.⁸⁸ Wendt retoma a discussão sobre interdependência de Keohane e Nye, que distinguem dois aspectos da interdependência: sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade mede o grau no qual as mudanças nas circunstâncias de um ator afetam os outros atores, e captura o ponto até o qual os resultados para os atores individuais são controlados conjuntamente. Por sua vez, a vulnerabilidade mede o custo no qual um ator poderia incorrer ao terminar uma relação. A interdependência é uma questão de grau, que depende da ‘densidade dinâmica’ das interações num contexto determinado; maior densidade significa maior interdependência; a relação é direta.⁸⁹ Vale a pena destacar que a interdependência depende do tipo de assunto em questão; é *issue specific*, o que significa que o aumento numa determinada área não necessariamente implica uma expansão (*spill over*) a outras. De fundamental importância para a formação de identidade coletiva resulta o comportamento cooperativo, uma vez que ao escolher a cooperação, os Estados estão escolhendo, simultaneamente, reproduzir um tipo de

⁸⁴ Ibidem, p. 58.

⁸⁵ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 187.

⁸⁶ Ibidem, p. 313.

⁸⁷ Uma explicação sobre a análise de discurso é feita na seção subsequente.

⁸⁸ Alexander Wendt (1999), *op. cit.* p. 344.

⁸⁹ Ibidem, p. 345.

identidade social, que leva em consideração o outro; se o outro tem um comportamento recíproco, a identidade do primeiro é reforçada, o que levará a mais cooperação e, com o tempo, à internalização da identidade coletiva de ambos.⁹⁰ Contudo, a capacidade da interdependência para induzir à formação da identidade coletiva está limitada pelo ‘temor da exploração’.⁹¹ Ao aumentar a interdependência, os atores tornam-se mais vulneráveis frente aos outros e, dessa forma, têm motivos para sentir-se inseguros. O temor da exploração é uma preocupação genuína na anarquia, e é por isso que a interdependência não é uma condição suficiente para a formação de identidade coletiva. Os Estados cooperam somente se conseguem superar esse temor.

A segunda variável é a auto-restrição. Trata-se do processo pelo qual os atores superam o temor de serem ‘engolidos’, física ou psicologicamente, por aqueles com os quais o ator se identifica.⁹² Os atores devem confiar em que suas necessidades serão respeitadas, que sua individualidade não será totalmente submergida ou sacrificada pelo grupo. Criar essa confiança é um dos problemas fundamentais para a formação da identidade coletiva.⁹³ Este tipo de restrição se opõe a outro tipo de restrição mais tradicional para o problema da confiança: são as restrições externas, impostas por uma terceira parte, como Grandes Potências, tecnologia militar, instituições de segurança, etc., ou até normas como respeito da soberania nacional ou resolução pacífica de conflitos. Contudo, as restrições externas apresentam o problema de que os Estados devem preocupar-se continuamente com as intenções dos outros Estados, os que eventualmente podem engoli-los.⁹⁴ Esse problema não se apresenta com a auto-restrição. Esta última significa que o agente vai restringir-se ou conter-se ele próprio nas demandas que realize, facilitando a criação de confiança entre os atores e, portanto, a identificação entre eles, na certeza de que as necessidades de cada um serão respeitadas, mesmo na ausência de restrições externas. Existem, ainda, três caminhos através dos quais os Estados sabem que se auto-restringem. A primeira possibilidade é a conformidade repetida com a instituição de

⁹⁰ Ibidem, 346.

⁹¹ Ibidem, p. 348.

⁹² Ibidem, p. 357.

⁹³ Ibidem, p.358.

⁹⁴ Ibidem, pp. 358-359.

segurança coletiva. A segunda é através da política doméstica: os Estados tentam externalizar maneiras domésticas de fazer política. E a terceira é a auto-restrição propriamente dita (*'self-binding'*): as intenções dos Estados são manifestadas através de iniciativas unilaterais, sem expectativa de reciprocidade. A auto-restrição por si só não gera a identidade coletiva. Esta última só é formada quando a auto-restrição atua conjuntamente com uma variável como a interdependência.

As duas variáveis descritas por Wendt – interdependência e auto-restrição – são aplicadas de forma a analisar a interação do Reino Unido através das duas formas descritas anteriormente, quais sejam, a prática comportamental e a prática retórica. Através da interdependência e da auto-restrição, o Reino Unido tem se comprometido em políticas pró-sociais no âmbito da segurança e da defesa europeias, favorecendo, dessa maneira, a formação de uma identidade coletiva.

2.5. A Análise de Discurso na perspectiva construtivista

Em seções anteriores tem-se feito referências à importância das práticas discursivas como constitutivas de determinados significados ou fenômenos. Portanto, a presente seção faz uma breve referência à análise de discurso como parte do caminho metodológico escolhido.

Jennifer Milliken identifica três compromissos teóricos que podem ser considerados como pontos de partida para a análise de discurso. O primeiro deles é o discurso como sistema de significação onde o discurso é entendido como uma estrutura de significação que constrói a realidade social; as coisas não apenas 'significam', mas, ao contrário, as pessoas constroem o significados das coisas.⁹⁵ Neste esquema, o discurso opera como uma capacidade latente para as pessoas,

⁹⁵ Jennifer Milliken (2001), "Discourse Study: Bringing Rigor to Critical Theory", em Fierke, Karin e Jorgensen, Knud Erik, *Constructing International Relations. The Next Generation*, New York e London: M. E. Sharpe, p. 138.

através da qual elas diferenciam e identificam coisas, outorgando-lhes qualidades e atributos que são dados, e relacionando-os a outros objetos.⁹⁶

De acordo com a autora, um dos métodos para analisar o discurso de forma a obter as estruturas gerais de relações e hierarquias que ordenam o conhecimento é a análise do predicado (*'predicate analysis'*), adequada para o estudo das práticas discursivas em textos, tais como documentos diplomáticos, transcrições de entrevistas ou discursos, etc. A análise do predicado focaliza as práticas linguísticas do predicado – verbos, advérbios e adjetivos – que se anexam aos sujeitos.⁹⁷ No presente trabalho, a análise do predicado será utilizada para identificar os predicados atribuídos aos sujeitos 'União Européia' e 'Reino Unido', e, portanto, forma como esses são construídos.

Vale salientar que a análise de discurso deve basear-se não apenas em um único texto, mas em uma série de textos de pessoas definidas como 'orador autorizado'. No presente trabalho, foi definido como 'orador autorizado' o Primeiro Ministro Britânico Tony Blair. Os textos foram selecionados dependendo das posições tomadas com respeito a determinadas questões específicas: aqueles que fazem referência ao Reino Unido como Estado Membro da UE e à própria União Européia em relação a questões de segurança e defesa. Todos os discursos foram obtidos na página da internet do Primeiro Ministro do governo britânico.⁹⁸ A lista completa dos discursos analisados se encontra nas referências bibliográficas, ao final da dissertação.

Há também um outro aspecto importante da análise de discurso, e é o que tem a ver com as questões de produtividade, isto é, com a necessidade de explicar como um discurso produz o mundo. Os discursos produzem (ou reproduzem) as coisas. Ao estender este tipo de análise ao caso em questão, podemos analisar como a elite política britânica elaborou um determinado 'regime' que fez possível um curso de ação particular no âmbito internacional ao tempo que excluiu outras políticas apresentadas como impróprias, por exemplo, as políticas européias dos

⁹⁶ Ibidem, p. 140.

⁹⁷ Ibidem, p. 141.

⁹⁸ Disponível em : <<http://www.number10.gov.br>>

conservadores. Resulta, portanto, relevante, explicar como o discurso articulado pelas elites produz determinadas práticas políticas.

2.5. Conclusão

O presente capítulo teve como objetivo apresentar os principais conceitos, extraídos da literatura construtivista das Relações Internacionais, a serem utilizados no último capítulo. Partiu-se do pressuposto de que esses conceitos não formam parte de uma teoria de Relações Internacionais, mas de um enfoque ou perspectiva. Os conceitos apresentados foram, principalmente, os de estrutura, agente, identidades, interesses e interação, devido à relevância do papel das idéias na política internacional, considerada como socialmente construída pelos atores através de práticas sociais. As idéias não dizem respeito apenas à estrutura social, na qual interagem os atores e as identidades dos mesmos, mas também ao conteúdo de questões materiais, ao significado do poder e aos interesses.

A estrutura foi entendida como um fenômeno social ou cultural – formada por idéias ou conhecimento coletivo – que distribui os diferentes papéis do ‘eu’ e do ‘outro’ que podem ser assumidos no sistema internacional. A estrutura tem efeitos constitutivos sobre as identidades e os interesses dos atores, uma vez que os papéis que representam são uma função estrutural, e não uma propriedade intrínseca dos mesmos. Conseqüentemente, identificaram-se três tipos de culturas ou anarquias: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, caracterizadas pelos papéis de inimigo, rival ou amigo, respectivamente, que podem ser assumidos pelos atores. A cultura kantiana foi destacada como aquela que existente entre os países do Atlântico Norte, e, mais especificamente, entre os países membros da União Européia. Essa cultura caracterizou-se, principalmente, pela vigência de duas regras inerentes a ela, quais sejam, a de não violência entre eles e a de ajuda mútua.

Os Estados foram identificados como os agentes da estrutura, que interagem no sistema internacional. Ao considerar o Estado como agente, foi possível analisar o

Reino Unido como um ator racional e unitário que possui tanto propriedades essenciais quanto sociais, entre as quais: identidade e interesses. Identidades e interesses, por sua vez, são definidos em função da estrutura e se encontram em uma relação de mútua constituição. Discutiram-se três tipos de identidades que os Estados podem assumir: a pessoal, a de papel ou função e a coletiva, sendo que esta última inclui as duas anteriores. A formação de uma identidade coletiva por parte do Reino Unido ajuda na explicação sobre o engajamento em práticas pró-sociais no âmbito de segurança e defesa européias.

Ao tratar esses conceitos, no entanto, deve-se voltar para o passado e apresentar um argumento plausível sobre por que determinadas idéias foram ou são dominantes num tempo e num espaço específicos.